

Envelhecimento bem-sucedido e o ambiente das instituições de longa permanência

Sérgio Luiz Valente Tomasini*
Simone Alves**

Resumo

O presente artigo procura discutir como as instituições de longa permanência, enquanto ambientes de moradia, podem ser articuladas com o atual paradigma do envelhecimento bem-sucedido. Inicialmente, apresenta-se uma revisão sobre o conceito do envelhecimento bem-sucedido, seu histórico e principais críticas. Num segundo momento, apresenta-se um dos modelos teóricos mais reconhecidos atualmente pela comunidade científica e que se baseia no balanço entre perdas e ganhos na velhice: o modelo da otimização setletiva com compensação. Na seqüência, discutem-se a problemática das instituições de longa permanência no Brasil e os efeitos negativos da institucionalização sobre os idosos. Por fim, aborda-se o ambiente físico dessas instituições como o cenário onde os resultados adaptativos previstos pelo conceito do envelhecimento bem-sucedido devem ocorrer. São apresentadas algumas re-

flexões que pretendem auxiliar na compreensão do modo como esses cenários podem levar a resultados adaptativos mais satisfatórios para os idosos institucionalizados, colaborando para tornar essas instituições mais adequadas ao paradigma da velhice bem-sucedida.

Palavras-chave: Envelhecimento bem-sucedido. Instituições de longa permanência. Gerontologia ambiental.

* Engenheiro agrônomo, MSc, doutorando em Engenharia Civil pela UFRGS.

** Pedagoga, pós-graduanda em Gerontologia Social pela UFRGS.

Recebido em jul. 2006 e avaliado em set. 2006

Introdução

Atualmente, não se dispõe de um levantamento detalhado sobre o idoso institucionalizado no país, porém, a se julgar pelas projeções estatísticas, que apontam para o envelhecimento da população brasileira e, principalmente, para o grande aumento da população de idosos acima de oitenta anos de idade, pode-se prever um considerável aumento na demanda por instituições de longa permanência nas próximas décadas. Por outro lado, sabe-se que a institucionalização costuma trazer consigo uma série de prejuízos aos idosos, tais como perdas de autonomia e identidade e a segregação geracional. Essa realidade traz consigo a necessidade de se refletir sobre os novos papéis a serem desenvolvidos pelas instituições de longa permanência, não apenas no sentido de reduzir esses prejuízos, mas, também, de promover a qualidade de vida e o crescimento pessoal de seus residentes.

Partindo do pressuposto da necessidade de serem repensados esses locais no sentido de garantir resultados mais favoráveis à velhice institucionalizada, este artigo procura analisar o modo como as instituições de longa permanência, enquanto ambientes de moradia, podem ser articuladas com o atual paradigma do envelhecimento bem-sucedido. Como será abordado, o conceito do envelhecimento bem-sucedido vem assumindo uma posição muito importante na literatura gerontológica, embora seu significado, bem como suas implicações teóricas e práticas, estejam longe de alcançar um consenso entre os pesquisadores. Além das críticas à própria natureza do termo que o denomina, por sua associação à idéia de um sucesso econômico

não acessível a todos, questiona-se o caráter prescritivo e, muitas vezes, restritivo que o conceito implica ao não incluir arranjos de envelhecimento bem-sucedido para idosos em situações de fragilidade (incluindo a institucionalização).

Por outro lado, teorias recentes sobre o envelhecimento bem-sucedido têm apontado para novas abordagens, que consideram tanto os ganhos quanto as perdas inerentes ao processo de envelhecimento. Dessa forma, tais teorias trazem novas possibilidades de conciliação para a aparente contradição entre o conceito do envelhecimento bem-sucedido e a institucionalização da velhice.

Num primeiro momento, portanto, o artigo apresenta uma revisão sobre o conceito do envelhecimento bem-sucedido, seu histórico e principais críticas. Num segundo momento, apresenta-se um dos modelos teóricos mais reconhecidos atualmente pela comunidade científica e que se baseia no balanço entre perdas e ganhos na velhice: o modelo da otimização seletiva com compensação (BALTES e CARTENSEN, 2000). Na seqüência, discutem-se a problemática das instituições de longa permanência no Brasil e os efeitos negativos da institucionalização sobre os idosos. Por fim, aborda-se o ambiente físico dessas instituições como o cenário onde os resultados adaptativos previstos pelo conceito do envelhecimento bem-sucedido devem ocorrer. São apresentadas algumas reflexões que pretendem auxiliar na compreensão do modo como esses cenários podem levar a resultados adaptativos mais satisfatórios para os idosos institucionalizados, colaborando para tornar essas instituições mais adequadas ao paradigma da velhice bem-sucedida.

Envelhecimento bem-sucedido

De acordo com Bearon (1996), desde 1960, ou talvez ainda antes, os gerontologistas têm desenvolvido estruturas ou arranjos conceituais para descrever resultados ideais do processo de envelhecimento. Um dos termos mais comumente usados para descrever uma boa velhice é “envelhecimento bem-sucedido”. Este termo é freqüentemente atribuído a R. J. Havighurst (apud BEARON, 1996), através de seu artigo publicado na primeira edição da revista *The Gerontologist*, uma das principais publicações no campo da gerontologia.

O interesse no envelhecimento bem-sucedido permaneceu alto durante as décadas posteriores e culminou novamente com o artigo de Rowe e Kahn's (apud BEARON, 1996) na revista *Science*, no qual eles recomendavam que a pesquisa em envelhecimento bem-sucedido deveria ser focada sobre pessoas acima da média quanto a características fisiológicas e psicológicas na idade madura. De acordo com Bearon (1996), ainda no início da década de 1990 um conjunto maior de estudos sobre os aspectos que predizem o envelhecimento bem-sucedido foi levado a cabo pela MacArthur Foundation sob a coordenação de Rowe.

A definição de envelhecimento bem-sucedido, para Rowe e Kahn (apud HOOYMAN e KIYAK, 2001, p. 191), implica que pessoas que envelhecem de forma bem-sucedida são aquelas que apresentam um baixo risco de doença e incapacidades (que apresentam, por exemplo, fatores de estilo de vida saudáveis, tais como dieta adequada, ausência do hábito de fumar e prática de atividades físicas); que estão utilizandoativamente

habilidades de resolução de problemas, conceitualização e linguagem; que estão mantendo contatos sociais e estão participando em atividades produtivas (voluntariado; trabalho remunerado ou não remunerado). A integração desses componentes é apresentada no modelo que pode ser visualizado na Figura 1.

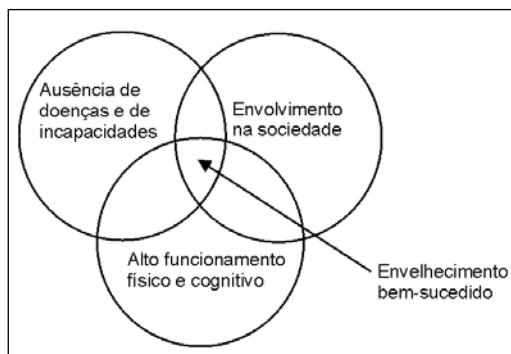


Figura 1 - Modelo de envelhecimento bem-sucedido de Rowe e Kahn (1997 apud HOOYMAN e KIYAK, 2001, p. 191).

Embora o termo “envelhecimento bem-sucedido” tenha se tornado central na literatura gerontológica internacional, ainda existe bastante polêmica em torno da sua utilização. De acordo com Neri (1995, p. 34), o termo suscita a polêmica “quando se entende que em *bem-sucedido* existe uma conotação de bem-estar econômico associado a uma exacerbação do individualismo”.

O uso moderno do termo “sucesso” refere-se a feitos favoráveis consequentes do comportamento e das ações do indivíduo e, freqüentemente, é medido pelas realizações econômicas. Por causa desses usos materialistas do termo, sucesso é considerado por alguns uma escolha infeliz para descrever os resultados da velhice (BALTES; CARTENSEN, 2000).

Para Baltes e Cartensen (2000), entretanto, sucesso não está explicitamente limitado a resultados utilitários. Sucesso pode se referir à conquista de objetivos pessoais de todos os tipos, variando da manutenção do funcionamento físico e boa saúde à generatividade, integridade do ego, auto-atualização e relacionamento social. Também Neri (1995) coloca que, embora a crítica chame a atenção para a necessidade de utilizar um nome menos discutível, a idéia básica do conceito é de velhice com manutenção dos níveis habituais de adaptação do indivíduo.

Não se pode negar nem minimizar a importância da pesquisa sobre os declínios relacionados ao avanço da idade. As dificuldades do envelhecimento são muito reais, envolvendo perdas nos domínios físico, cognitivo e social. As dificuldades do envelhecimento, entretanto, não são o “único lado da moeda”. O outro lado envolve crescimento, vitalidade, esforço e contentamento (BALTES e CARTENSEN, 2000, p. 67).

Scheidt et al. (1999), ao criticarem o modelo proposto por Rowe e Kahn, afirmam que em seu entusiasmo em identificar fatores e modificações que prometem reduzir as perdas relacionadas ao avanço da idade, a iniciativa da MacArthur Foundation parece ter ignorado os múltiplos significados das perdas para o envelhecimento bem-sucedido. Para o autor, existe pouca discussão sobre o papel co-determinante das perdas irreversíveis, em particular, como elas interagem com ganhos para aqueles que envelhecem de forma bem-sucedida ou aqueles que não conseguem ou não podem. No entanto, salienta que a iniciativa da MacArthur Foundation tem o

crédito de ter servido como um catalisador para outros modelos de adaptação bem-sucedida na idade avançada. A maior parte desses modelos reconhece a importância de se balançarem os significados das perdas e dos ganhos.

De acordo com Bearon (1996), uma tendência que vem surgindo na gerontologia envolve o desenvolvimento de arranjos para o envelhecimento bem-sucedido para aquelas pessoas que experienciam privações significativas na idade avançada. Embora a discussão sobre essas questões tenha ocorrido por décadas entre muitos provedores de cuidados que trabalham para garantir o bem-estar de idosos institucionalizados ou incapacitados, a maioria dos gerontologistas tem negligenciado essas populações em suas teorias e modelos de envelhecimento bem-sucedido. Sobretudo, num provocante e importante artigo sobre “envelhecer bem”, Austin (apud BEARON, 1996) chama a atenção para que a comunidade gerontológica não esqueça aqueles que não podem envelhecer bem em virtude de fatores que ocorrem ao longo do curso de vida (tais como pobreza, má nutrição, condições de sub-habitação, limites de educação e de oportunidades, abuso ou perdas devidas a catástrofes), reduzindo as chances de vida e limitando o acesso ao estilo de vida do “envelhecer bem”.

Para Bearon (1996), então, tendências emergentes sugerem que uma abordagem que inclua tanto idosos saudáveis como aqueles em situação de fragilidade encaixa-se de forma mais precisa nas realidades empíricas do envelhecimento. Dessa forma, à medida que a população torna-se cada vez mais diversa, o conceito de envelhecimento bem-sucedido fica

mais difícil de ser definido sem que também seja expandido o número de modelos que procuram explicá-lo.

Dentre os modelos de envelhecimento bem-sucedido que procuram incluir os potenciais e os limites, bem como as perdas e os ganhos inerentes à idade avançada, destaca-se o “modelo da otimização seletiva com compensação”. Este modelo, que será apresentado na seqüência, por sua flexibilidade e abrangência, pode ser de grande valor para a compreensão dos elementos e mecanismos que podem levar a uma velhice bem-sucedida mesmo no cenário das instituições de longa permanência.

Modelo da otimização seletiva com compensação

Segundo Baltes e Cartensen (2000), o metamodelo da otimização seletiva com compensação define “sucesso” como o encontro de objetivos e “envelhecimento bem-sucedido” como a minimização de perdas com a maximização de ganhos.

As autoras citadas argumentam que a busca por resultados normativos de sucesso na velhice (tais como longevidade, integridade do ego e satisfação de vida) abrange benefícios limitados, em razão da vasta heterogeneidade inerente ao envelhecimento humano. Assim, apontam três vantagens de se buscar uma abordagem baseada em processos ao invés de fins: primeiro, ao se aceitarem os objetivos como resultados de sucesso, não importa quais sejam, evitase o problema da imposição de valores universais e padronizados; segundo, uma abordagem baseada em processos dirige a atenção para as estratégias que as pessoas

utilizam para controlar objetivos pessoais específicos; por fim, em terceiro, considerase a inter-relação entre ganhos e perdas inerentes à velhice.

O metamodelo da otimização seletiva com compensação especifica três processos que atuam como facilitadores no controle das perdas ocorridas na velhice: seleção, otimização e compensação. Se implementados juntos, o uso dos processos permite às pessoas controlarem seus objetivos apesar, ou talvez mesmo por causa, de perdas e vulnerabilidades crescentes. Os três processos abrangem um grande número de mecanismos e estratégias. Por exemplo, a otimização da saúde de alguém pode significar para uma pessoa exercitar-se mais freqüentemente; para outra, fazer dieta e, para uma terceira, reduzir o estresse. De acordo com o modelo, os mesmos processos estão em funcionamento mesmo quando os objetivos variam com os indivíduos, com o tempo ou com o contexto (BALTES e CARTENSEN, 2000, p. 70).

Um exemplo da vida real que poderia ilustrar bem os três processos seria o de um corredor de maratona em idade avançada que pode manter a meta de vencer ao competir dentro de grupos de sua faixa etária e correndo percursos menores e mais fáceis (exemplos de seleção); trocando o tipo de calçado e aumentando o período de aquecimento (compensação) e usando dieta especial e vitaminas para melhorar o seu desempenho (otimização).

A seleção pode ser ativa ou passiva, interna ou externa, intencional ou automática. Refere-se às crescentes restrições nos domínios de vida como consequência ou antecipação de mudanças nos recursos pessoais e ambientais. Na velhice, essas

mudanças são freqüentemente perdidas. A seleção pode implicar evitar totalmente um domínio ou pode significar uma restrição em tarefas e objetivos dentro de um ou mais domínios. Um idoso cuja esposa esteja sofrendo de uma doença terminal, por exemplo, pode renunciar totalmente ao domínio da sexualidade, ou pode restringir alguns objetivos e envolvimentos na rede social, mas aumentar esforços no domínio das atividades de lazer e da família. A tarefa adaptativa do indivíduo é selecionar domínios de alta prioridade, tarefas e objetivos que envolvem a convergência entre as demandas ambientais, as motivações individuais, habilidades e capacidade biológica (BALTES e CARTENSEN, 2000).

Embora a seleção implique uma redução no número de domínios de alta eficácia, tarefas e objetivos, não está necessariamente limitada à continuação de objetivos e domínio prévios, podendo também envolver domínios e objetivos novos ou transformados. A seleção, porém, sempre envolve o reajuste dos objetivos individuais; pode ser proativa ou reativa; pode envolver mudanças ambientais (mudando o local de moradia, por exemplo), mudanças comportamentais ativas (reduzindo o número de compromissos, por exemplo), ou ajustamento passivo (evitando subir escadas, por exemplo, ou permitindo que alguém assuma responsabilidades, por exemplo). Proativamente, pelo monitoramento do funcionamento corrente, as pessoas prevêem mudanças e perdas (por exemplo, a morte do cônjuge) e movem esforços para buscar tarefas e domínios que podem permanecer intactos depois das perdas. A seleção é reativa quando mudanças imprevistas ou repentinhas forçam as

pessoas a fazerem uma seleção (BALTES e CARTENSEN, 2000).

A compensação, o segundo componente, torna-se operativo quando existem mudanças associadas com a pessoa ou com o ambiente nos recursos meios-fins. Por exemplo, quando capacidades comportamentais ou habilidades são perdidas ou reduzidas abaixo do nível requerido para seu adequado funcionamento. A compensação pode também se tornar necessária em função de uma seleção. O organismo pode ter de compensar em domínios que não são selecionados como prioridades e que, portanto, recebem menos atenção e energia. Um exemplo é a delegação de atividades a outras pessoas. A compensação, que pode ser automática ou planejada, refere-se ao uso de meios alternativos para alcançar os mesmos objetivos (BALTES e CARTENSEN, 2000).

A compensação pode envolver comportamentos existentes, a aquisição de novas habilidades ou a construção de novos significados que ainda não estão no repertório de um indivíduo. A compensação difere, pois, da seleção pelo fato de o objetivo ser mantido, mas novos meios serem elencados para compensar uma deficiência comportamental para manter ou otimizar o funcionamento anterior. O elemento da compensação envolve tanto aspectos da mente como o uso de tecnologias. Os esforços compensatórios incluem, por exemplo, o uso de estratégias mneêmônicas ou auxílios externos de memória quando os mecanismos internos de memória provam serem insuficientes. O uso de um aparelho auditivo é um exemplo de compensação por meio da tecnologia (BALTES e CARTENSEN, 2000).

A otimização refere-se ao enriquecimento ou aumento das reservas ou recursos e, então, ao alcance do funcionamento ou desempenho em domínios de vida selecionados. A otimização pode ocorrer em domínios existentes ou envolver investimento em novos domínios e objetivos consoantes com tarefas de desenvolvimento do processo de envelhecimento, tais como a aceitação de nossa própria mortalidade. Quanto de seleção e compensação devem ser investidos para garantir a manutenção e estimular a otimização é uma questão de pesquisa. A literatura recente em gerontologia sugere que muitos idosos, em princípio, têm os recursos e as reservas necessárias para otimizar funções, mas encontram ambientes restritivos ou superprotetores que inibem a otimização. Não existe dúvida de que o processo de otimização será contingente em grande extensão para estimular e melhorar condições ambientais. Então, a sociedade desempenha um papel central em oferecer ambientes que facilitem a otimização (BALTES e CARTENSEN, 2000).

Baltes e Cartensen (2000) acreditam que, embora os três processos da otimização seletiva com compensação sejam ativados mais facilmente e mais prontamente quando existe um arranjo de recursos disponíveis com o qual podem contar, mesmo pessoas em condições de fragilidade podem selecionar, compensar e otimizar para atender seus objetivos. As autoras referem também que, em virtude das crescentes perdas inerentes ao processo de envelhecimento, a seleção e a otimização são, necessariamente, precursoras da otimização.

Os efeitos da institucionalização

Embora as portarias MS nº 810/89 (BRASIL, 1989) e SAS nº 73/01 (BRASIL, 2001) tenham representado um grande avanço ao normatizar o funcionamento de instituições de longa permanência no Brasil, infelizmente o que se observa ainda é um panorama predominantemente negativo, freqüentemente associado ao tão criticado modelo asilar de atendimento ao idoso. Como afirmam Born e Boechat (2002, p. 768), “não se pode falar de idosos institucionalizados sem antes fazer referências a imagens negativas freqüentemente associadas a entidades que o abrigam, para as quais a denominação popular *asilo* continua a prevalecer”.

Conforme Lafin (2004), o primeiro tipo de instituição conhecido foi o asilo, que se preocupava com a alimentação e a habitação no atendimento aos idosos. Seus fundadores eram pessoas carismáticas, em sua maioria religiosas, que se alicerçavam na filosofia do fazer para os idosos, não com os idosos. Os recursos eram fornecidos pela comunidade, motivados por seus organizadores, mas sem a participação da comunidade, que não conhecia a realidade dos internos. Em sua maioria advindas de famílias carentes, algumas pessoas asiladas eram abandonadas por seus familiares ou não tinham parentes, recursos ou qualquer apoio da sociedade.

Atualmente, observa-se que algumas instituições têm passado por modificações expressivas, começando a se organizar por equipes nas quais profissionais de diferentes áreas do conhecimento interagem de forma interdisciplinar, tais como

médicos, assistentes sociais, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais entre outros. No entanto, essas mudanças têm sido muito lentas, enquanto casas clandestinas, conhecidas como “depósito de velhos”, aumentam significativamente (LAFIN, 2004).

Além da situação ainda bastante precária observada no país, de maneira geral, a institucionalização é reconhecida pela literatura em diversas áreas (médica, psicológica, social, entre outras) por sua associação a resultados negativos do processo de envelhecimento. Em estudo publicado em 1974, a Organização Mundial da Saúde já afirmava que, entre os grupos de idosos mais expostos a riscos quanto a sua saúde ou sua situação econômica e social encontram-se em lugar de destaque os idosos residentes em instituições.

De acordo com Stevens-Long (apud CUPERTINO, 1996), instituições para idosos apresentam três características distintas que se combinam de diferentes maneiras: a segregação (isolamento físico e uma política segregadora), tratamento igualitário e simultâneo para todos os residentes (política congregadora) e um grau acentuado de controle (limitação do grau de autonomia permitido). A institucionalização implica um processo de adaptação a um novo ambiente, no qual existem regras e normas a serem cumpridas, além da limitação física implícita.

Para Goffman (1996), o comportamento passivo de indivíduos institucionalizados é comum em instituições que denomina de “totais”. De acordo com o autor, toda instituição tem tendências de “fechamento”; algumas, no entanto, são muito mais “fechadas” do que as demais.

O caráter de “fechamento” dessas instituições, que denomina de “instituições totais” (e dentre as quais situa, inclusive, as instituições para idosos), é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo. Em resumo, um dos preceitos básicos da existência e manutenção de uma instituição total é a substituição das regras do indivíduo pelas regras da instituição. Isso ocorre em maior ou menor grau dependendo da natureza da instituição, mas o resultado é sempre nocivo para a preservação da individualidade e da autodeterminação dos indivíduos do grupo dos internados.

Segundo Gomes (apud CUPERTINO, 1996), a entrada do idoso na instituição pode constituir um trauma e pode resultar em maiores sentimentos de infelicidade, dificuldades de adaptação e maiores dificuldades de comunicação com os outros, fatores que aceleram ainda mais o processo patológico do envelhecimento. Numa pesquisa comparativa envolvendo idosos residentes em instituições e idosos não institucionalizados, o autor verificou ainda que estes primeiros se queixavam mais de solidão, apesar de a maioria entre eles possuir a família residindo próximo à instituição.

Baltes e Silverberg (apud CUPERTINO, 1996) destacam o quanto os arranjos do ambiente físico e político podem conduzir a resultados adaptativos mais satisfatórios para um envelhecimento bem-sucedido. No entanto, compreendem a instituição de idosos como fomentadora e, sobretudo, mantenedora da dependência entre seus residentes, dado o tipo de planejamento que suas estruturas conformam. O ambiente é planejado com a pre-

missa de que o idoso é incompetente em todas as áreas de seu funcionamento. Em razão da concepção da superproteção, os ambientes de idosos pouco exigem destes e vêm a incapacidade do idoso como comportamento esperado, como consequência imediata do envelhecimento.

De acordo com Kalish (apud CUPERTINO, 1996), a inflexibilidade do arranjo do ambiente da instituição, a exemplo de quando o idoso é impedido de trazer sua própria mobília, intensifica o senso de desamparo e impotência dos residentes, ou seja, a impossibilidade de demarcar e personalizar o território mais imediato do idoso diminui o seu controle sobre a sua privacidade e identidade, assim como reduz o seu domínio do espaço.

A preocupação com os prejuízos que a institucionalização pode acarretar aos idosos reflete-se nas políticas públicas recentes, que procuram, cada vez mais, estimular a permanência dessas pessoas junto à família. Essa postura está claramente explícita na Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) e, mais recentemente, no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). Este último, ao tratar dos deveres da sociedade e do poder público com o idoso, no 3º parágrafo determina a “priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência”.

A permanência do idoso em sua própria casa ou apartamento, ou junto à família, sem dúvida, corresponde à melhor alternativa de moradia no sentido de se estimular a continuação de uma vida saudável, ativa e independente na terceira

idade. Medidas que visem estimular essa condição, no entanto, não anulam a necessidade da existência de instituições capazes de acolher aqueles idosos que não atendem aos requisitos necessários à permanência em seus próprios lares. Ao contrário, tomando por base as projeções estatísticas quanto ao envelhecimento e aumento da longevidade da população brasileira (FREITAS, 2004), acredita-se que a demanda por instituições para idosos só tende a aumentar nas próximas décadas.

Mediante essa realidade, Born e Boechat (2002) fazem as seguintes considerações quanto à necessidade de serem qualificadas as instituições de longa permanência no Brasil:

Até hoje não se conhecem dados exatos sobre o número de idosos institucionalizados, nem estudos prospectivos sobre a demanda futura, mas não há nenhum indício de que irão diminuir os pedidos de institucionalização. Portanto, é preciso repensar essa entidade como parte de um plano global de atenção ao contingente populacional de mais idade, garantindo-lhe à família padrões de qualidade no atendimento. Somente assim, quando a institucionalização for indicada, poderão encontrar, o idoso e seus familiares, serviços confiáveis. Faz-se premente a recusa à perpetuação do quadro atual, que torna a busca de uma instituição uma tarefa extremamente penosa (p. 769).

A influência do ambiente físico

Entre as providências que a sociedade deveria tomar para que os idosos pudessem atingir uma velhice mais satisfatória Neri (2000) aponta o oferecimento de condições ambientais adaptadas às condições

dos idosos, tanto para os que envelhecem sem doenças quanto para os que, por qualquer motivo, tornam-se frágeis e dependentes, para que possam funcionar no ambiente físico e social. Como salienta a autora: “Permitir que os idosos interajam com o ambiente, dentro dos limites de suas potencialidades, permite que desenvolvam um senso de eficácia pessoal e que se sintam envolvidos, condições essas que têm efeitos positivos sobre sua adaptação global” (p. 44).

Existem evidências empíricas de que a qualidade do ambiente físico pode influenciar nos resultados adaptativos dos idosos nas instituições. Uma pesquisa muito interessante nesse sentido foi realizada por Imamoglu e Kiliç (1999), envolvendo o estudo de instituições de baixa e alta qualidade na Turquia. Para diferenciar instituições de alta qualidade de instituições de baixa qualidade, os autores basearam-se em critérios ligados a características físicas dos ambientes que proporcionam independência, autonomia e privacidade aos residentes. Os resultados da pesquisa demonstraram que em instituições de maior qualidade os idosos apresentavam maior satisfação em relação à instituição, maior satisfação de vida e maior controle pessoal, além de uma maior relocação voluntária (ou seja, um maior número de idosos afirmou ter escolhido viver na instituição por sua própria vontade).

Lawton (apud WEISMAN e MOORE, 2003) propôs um modelo teórico bastante elucidativo no sentido de explicar os resultados adaptativos dos idosos em relação aos seus ambientes, o qual pode ser observado na forma gráfica na Figura 2.

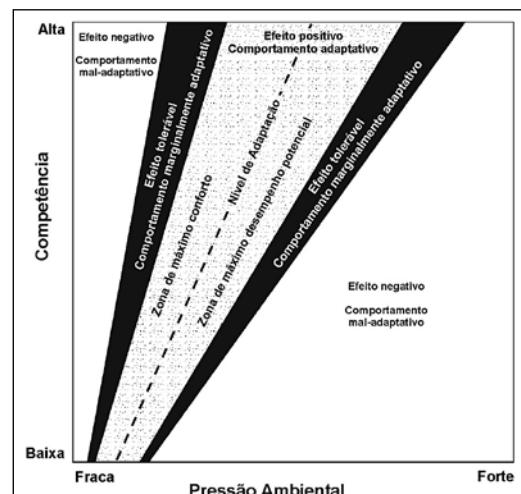


Figura 2 - Modelo da pressão-competência (Lawton apud WEISMAN e MOORE, 2003).

O modelo da pressão-competência (ou modelo ecológico) leva em conta a competência de um indivíduo para lidar com a pressão ambiental. Apresenta, portanto, o problema do funcionamento como o encaixe entre o desempenho do indivíduo e o cenário mais adequado às suas competências. O conceito central da teoria é o nível de adaptação, mediado entre a competência do indivíduo e a pressão exercida pelo ambiente sobre ele (SCHWARZ, 2003, p. 13). Assim, para um indivíduo com um dado nível de competência, o ambiente pode provocar um comportamento mal-adaptativo, marginalmente adaptativo ou adaptativo. O ambiente poderia, ainda, garantir o desempenho de um indivíduo ao atuar como um auxílio protético (MOORE et al., 2003).

De acordo com o modelo, à medida que as pessoas envelhecem e têm suas competências reduzidas, os ambientes passam a exercer uma pressão maior sobre seu comportamento. Segundo o modelo,

ainda, cada indivíduo tem um nível ou zona de demanda ambiental, que, sendo atendida, poderia conduzir ao alcance de níveis ideais de ajustamento, conforto e desempenho. Caso contrário, quando a demanda sai do ideal, seja para mais ou para menos, aconteceria o comportamento menos eficiente. Dessa forma, os idosos mais debilitados se adaptariam a uma menor variedade de ambientes, ao passo que o oposto aconteceria com aqueles com capacidade funcional mais intacta (LAWTON apud CUPERTINO, 1996).

Duas implicações importantes dessa teoria seriam a docilidade ambiental e a proatividade do ambiente. A docilidade do ambiente diz respeito aos benefícios que idosos com *deficits* diversos podem ter em seus resultados adaptativos na medida em que o ambiente atua como auxílio protético. Porém, embora o ambiente deva compensar as perdas advindas do envelhecimento, pode ser igualmente prejudicial quando ignora as capacidades do indivíduo e oferece mais auxílio do que o necessário, simplesmente partindo do pressuposto da dependência. A proatividade do ambiente, portanto, significa que deve ser também estimulante, incentivando o idoso a manter sua capacidade funcional tanto quanto possível. Isso também implica que, à medida que o idoso é fortalecido em sua capacidade de desempenho, a possibilidade de que o utilize para atender às suas necessidades pode igualmente aumentar.

O modelo da pressão-competência de Lawton parece bastante útil no sentido de se procurar compreender como o ambiente físico poderia levar a resultados adaptativos capazes de colaborar ou não

para o envelhecimento bem-sucedido em uma instituição de longa permanência. A este respeito, Baltes e Baltes (apud CUPERTINO, 1996, p. 14) compreendem a instituição como um ambiente específico para idosos, que deveria atuar como facilitador do processo de envelhecimento. Os ambientes para idosos deveriam, assim, emitir menos demandas físicas e sociais (menor pressão ambiental), facilitando os processos de seleção e otimização pelo oferecimento de oportunidades que auxiliem a adaptação. Também a compensação deveria ser encontrada nas instituições para idosos, pela existência de suporte médico e tecnológico adequado às suas necessidades.

O que se observa na prática, no entanto, especialmente para as condições brasileiras, é que as instituições não oferecem, de maneira geral, condições ambientais adequadas para que se possam maximizar os ganhos e minimizar as perdas, como é preconizado pelo modelo da otimização seletiva com compensação. Para alguns, a mudança para uma instituição pode até mesmo representar mais ganhos do que perdas (especialmente quando se pensa na realidade brasileira, na qual uma parte considerável da população de idosos tem um histórico de vida associado a condições miseráveis de moradia, expostos a todo tipo de risco ambiental e social); para a maioria, no entanto, as perdas predominam.

A mudança do local anterior de moradia para a instituição em si representa um processo de seleção que implica, normalmente, uma drástica redução dos ambientes físico e social. Tal mudança deveria ser compensada por condições que permitissem o máximo encaixe entre as competências restantes do

idoso e os ambientes que lhes são oferecidos, possibilitando a otimização da utilização de seus recursos para o atendimento de seus objetivos pessoais. Portanto, uma importante questão a ser explorada, tanto do ponto de vista teórico como do prático, é: Como otimizar os ambientes selecionados das instituições de longa permanência de forma a compensar as perdas decorrentes da velhice e do próprio processo de institucionalização? Embora não se tenha aqui a pretensão de propor uma solução para a questão, algumas contribuições encontradas na literatura sobre o tema são apresentadas com o intuito de auxiliar nesta reflexão.

Para Ouslander (apud CUPERTINO, 1996), instituições para idosos devem providenciar, entre outras coisas, um ambiente seguro e suportivo a idosos com *deficits*, manter o alto nível de funcionamento independente e preservar a autonomia individual.

Lawton (apud WAHL e WEISMAN, 2003) aponta três funções básicas de ambientes destinados a idosos: manutenção, estimulação e suporte. A função de manutenção diz respeito ao papel de constância e previsibilidade que o ambiente deve cumprir (por exemplo, conferindo identidade aos ambientes e preservando os significados cognitivos e afetivos do lar). A função de estimulação significa sair do usual para trazer novos arranjos de estímulos, que possam levar a novos comportamentos de lazer e relações sociais. Por fim, a função de suporte significa compensar a redução ou a perda de competências (através da eliminação de barreiras físicas, por exemplo, ou da garantia de acessibilidade nos ambientes).

Regnier e Pynoos (apud NERI, 2000) fazem as seguintes recomendações sobre a adaptação do ambiente físico para o idoso, incluindo as instituições: assegurar a privacidade; dar oportunidade para a interação social; dar oportunidades para o exercício de controle pessoal, liberdade de escolha e autonomia; facilitar a orientação espacial; assegurar a segurança física; facilitar o acesso a equipamentos da vida do dia-a-dia; propiciar um ambiente estimulador e desafiador; facilitar a discriminação de estímulos visuais, táticos e olfativos, permitindo às pessoas orientar-se; incluir objetos e referências da história passada dos idosos, de modo a aumentar a sua familiaridade com ele; planejar ambientes na medida do possível bonitos, que não tenham a aparência de asilos; dar oportunidades para a personalização de objetos e locais; tornar o ambiente flexível para o atendimento de novas necessidades.

Tomasini (2005) chama atenção para a importância do processo de planejamento em si no sentido de aumentar a congruência dos idosos com seus ambientes. Assim, sugere que a aplicação de um método participativo de planejamento, proposto pelo psicólogo ambiental Robert Sommer (1983) e conhecido como “*design social*”, poderia trazer resultados bastante positivos nesse sentido. De acordo com o autor:

A participação dos usuários em todas as fases do processo de planejamento, especialmente durante o envolvimento dos mesmos na determinação das possibilidades de *design*, representa uma oportunidade de educar os idosos para as novas relações com os espaços físicos que ocorrem em função do envelhecimento. Este trabalho,

necessariamente interdisciplinar, pode auxiliar o idoso a compreender como pode utilizar e adaptar o espaço para suas novas necessidades, possibilitando-lhe aumentar suas competências pessoais em relação aos seus ambientes (p. 85).

A proposta de utilizar o processo de planejamento de ambientes para idosos com o duplo propósito de gerar espaços mais adequados às suas competências e de desenvolver um trabalho educativo com eles parece bastante interessante quando se pensa nas instituições de longa permanência. Além de apresentar uma potencial contribuição no sentido de auxiliar os idosos institucionalizados a otimizarem seus recursos para uma velhice mais bem-sucedida, esta proposta levanta uma importante questão: a possibilidade de desenvolvimento de trabalhos pedagógicos nas instituições de longa permanência.

A falta de trabalhos dessa natureza nas instituições talvez seja um dos fatores mais limitantes para a possibilidade de um envelhecimento bem-sucedido nesses ambientes segregadores de moradia. Como diz Petrus (2003, p. 89), importante defensor da pedagogia social, “se a educação é sinônimo de socialização, se somos resultados de diferentes fatores sociais e a pessoa se socializa e se modela através do grupo, as pessoas idosas não podem, nem devem ser uma exceção a esse processo socializador”.

Considerações finais

Apesar das críticas em torno do conceito do envelhecimento bem-sucedido, as pesquisas em torno do tema têm gerado uma contribuição inquestionável no sentido de se compreender como as pessoas podem experenciar o processo

de envelhecimento de forma mais satisfatória e digna. Também inquestionável é a influência (para bem ou para mal) que o conceito tem exercido sobre as políticas públicas relacionadas ao idoso, principalmente nos Estados Unidos e nos países europeus (e que começa a permear as políticas públicas nacionais à medida que o conceito começa a ser difundido pelos pesquisadores brasileiros).

A realidade precária das instituições de longa permanência no Brasil está muito aquém dos preceitos do envelhecimento bem-sucedido. Isso não significa, contudo, que não devam ser incluídas no debate gerontológico em torno do tema. Pelo contrário, acredita-se que a investigação de arranjos de envelhecimento bem-sucedido para a realidade das instituições de longa permanência brasileiras deve ser priorizada como pauta para a pesquisa, a fim de suportar e, mesmo, estimular práticas e políticas públicas futuras que visem aumentar a qualidade de vida nestes locais. Nesse sentido, o modelo da otimização seletiva com compensação parece ser uma importante contribuição teórica capaz de orientar estudos com este fim.

As questões ambientais abordadas neste artigo são de grande valor para a compreensão do modo como os idosos podem desenvolver resultados adaptativos mais adequados nas instituições de longa permanência. No entanto, observa-se que, embora cuidados com os aspectos ambientais sejam prescritos pelas normas legais que regulamentam o funcionamento desses estabelecimentos no país, existe muito pouca pesquisa voltada para a compreensão das relações entre os idosos e os ambientes das instituições de longa permanência. Dessa

forma, sugere-se que esta seja uma outra pauta importante de pesquisa para estudos nacionais com enfoque no conceito do envelhecimento bem-sucedido.

Embora seja ressaltada aqui a necessidade de pesquisas e práticas com enfoque neste importante conceito gerontológico, deve-se estar alerta para as consequências negativas que podem resultar de sua simplificação e má interpretação. Há que se ter cuidado, portanto, com aquilo que Neri (1995, p. 37) chama de “ideologia de velhice” vigente atualmente no Brasil, segundo a qual envelhecer bem só depende do indivíduo. Conforme as palavras da autora:

Envelhecer bem depende das chances do indivíduo quanto a usufruir de condições adequadas de educação, urbanização, habitação, saúde e trabalho durante todo o seu curso de vida. Estes são elementos cruciais à determinação da saúde (a real e a percebida) e da longevidade; da atividade, da produtividade e da satisfação; da eficácia cognitiva e da competência social; da capacidade de manter papéis familiares e uma rede de relações informais; das capacidades de auto-regulação da personalidade, do nível de motivação individual para a busca de informação e para a interação social, dentre outros indicadores comumente apontados pela literatura como associados a uma velhice bem-sucedida (p. 38).

Abstract

Successful aging and the environment of long-term care institutions

In this article the authors analyze how long-stay institutions, which are housing environments, can interact with the current paradigm of successful aging. First, a review

on the concept of successful aging, its history and the main criticisms to this concept are presented. Next, one of the theoretical models greatly valued by the scientific community nowadays is presented. This model is based on the balance between losses and gains of aging: the model of selective optimization with compensation. Then, the issue regarding the Brazilian long-stay institutions and the negative effects of institutionalization on the elderly are discussed. Finally, the authors analyze the physical environment of these institutions as the place where the adaptive results forecasted by the concept of successful aging should take place. Some considerations intended to improve the understanding of how these places can produce better adaptive results for the institutionalized elderly and contribute to make these institutions more adequate for the paradigm of successful aging are presented.

Key words: Successful aging. Long-stay institutions. Environmental gerontology.

Referências

- BALTES, M. M.; CARTENSEN, L. L. The process of successful aging. In: MARKSON, E. W.; HOLLIS-SAWYER, L. A. *Intersections of aging: readings in social gerontology*. Los Angeles: Roxbury, 2000. p. 65-81.
- BEARON, L. B. Successful aging: what does the “good life” look like? *The Forum for Family and Consumers Issues*, v. 1, n. 3, Summer 1996. Disponível em: <<http://www.ces.ncsu.edu/depts/fcs/pub/aging.html>> Acesso em: 11 ago. 2005.
- BORN, T.; BOECHAT, N. S. A qualidade dos cuidados ao idoso institucionalizado. In: FREITAS, E.V. et al. (Org.). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. p. 768-777.

- BRASIL. Portaria MS-810/89 – Normas para o funcionamento de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento do idoso.
- _____. Lei nº 8842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso.
- _____. Portaria SAS-073 de 10 de maio de 2001. Estabelece Normas de Funcionamento de Serviços de Atenção ao Idoso no Brasil.
- _____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
- CUPERTINO, A. P. *Avaliação pós-ocupação de instituições para idosos no Distrito Federal*. Dissertação (Mestrado) - UnB, Brasília, 1996.
- FREITAS, E. V. Demografia e epidemiologia do envelhecimento. In: PY, L. et al. *Tempo de envelhecer: percursos e dimensões psicosociais*. Rio de Janeiro: Nau, 2004.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- HOOYMAN, N. R.; KIYAK, H. A. *Social gerontology: a multidisciplinary perspective*. 6. ed. Allyn and Bacon, 2001.
- IMAMOGLU, E. O.; KILIÇ, N. A social psychological comparison of the turkish elderly residing at high or low quality institutions. *Journal of Environmental Psychology*, v. 19, p. 231-242, 1999.
- LAFIN, S. H. F. Asilos: algumas reflexões. In: CORTELLETTI, I.; CASARA, M.; HERÉDIA, V. *Idoso asilado: um estudo gerontológico*. Caxias do Sul: Educs, 2004. p. 111-113.
- MOORE, K. D. et al. A pragmatic environmental psychology: a metatheoretical inquiry into the work of M. Powell Lawton. *Journal of Environmental Psychology*, v. 23, p. 471-482, 2003.
- NERI, A. L. Psicologia do Envelhecimento: uma área emergente. In: NERI, A. L. (Org.). *Psicologia do envelhecimento: temas selecionados na perspectiva de curso de vida*. Campinas: Papirus, 1995. p. 13-40.
- NERI, A. L. Qualidade de vida na velhice e atendimento domiciliário. In: DUARTE, Y. A. O. *Atendimento domiciliar: um enfoque gerontológico*. São Paulo: Atheneu, 2000.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Planiñación y organización de los servicios geriatricos*. Informe tecnico nº 48. Genebra: OMS, 1974.
- PETRUS, A. Novos âmbitos em educação social. In: ROMANS, M; PETRUS; A. TRILLA, J. *Profissão: educador social*. Porto Alegre: Artmed, 2003. p. 51-111.
- SCHEIDT, R. J.; HUMPHREYS, D. R.; YORGASON, J. B. Succesful aging: what's not to like? *The Journal of Applied Gerontology*, v. 18, n. 3, p. 277-282, sep. 1999.
- SCHWARZ, B. M. Powell Lawton's three dilemas in the field of environment and aging. In: SCHEIDT, R. J.; WINDLEY, P. G. *Physical environments and aging: critical contributions of M. Powell Lawton to theory and practice*. The Haworth Press, 2003. p. 5-22.
- SOMMER, R. *Social Design: creating buildings with people in mind*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1983.
- TOMASINI, S. L. V. Envelhecimento e planejamento do ambiente construído: em busca de um enfoque interdisciplinar. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, v. 2, n. 1, p. 76-88, 2005.
- WHAL, H. W.; WEISMAN, G. D. Environmental gerontology at the beginning of new millennium: reflections on its historical, empirical, and theoretical development. *The Gerontologist*, v. 43, n. 5, p. 612-627, 2003.
- WEISMAN, G. D.; MOORE, K. D. Vision and values: M. Powell Lawton and the philosophical foundations of environment-aging studies. In: SCHEIDT, R. J.; WINDLEY, P. G. *Physical environments and aging: critical contributions of M. Powell Lawton to theory and practice*. The Haworth Press, 2003. p. 23-37.

Endereço:

Sérgio Luiz Valente Tomasini
 Rua Ramiro Barcellos 1915/303
 CEP 90035-006
 Porto Alegre - RS
 E-mail: sergiovttomasini@yahoo.com.br